Sumário

Capítulo I – Da Prescrição e da Decadência

1. O efeito do decurso do tempo sobre os direitos subjetivos
2. Prescrição e decadência

Capítulo II – Da Prescrição

3. A prescrição como extinção da pretensão
4. Visão histórica
5. Não é o direito que prescreve
6. Fundamento da prescrição
7. Prescritibilidade e imprescritibilidade
8. Sobre a imprescritibilidade da ação reivindicatória
9. A prescrição como evento próprio das pretensões patrimoniais
10. Requisitos da prescrição
11. A má-fé não é requisito da prescrição
12. Contagem do prazo prescricional
    - 12.1. A *actio nata* no direito brasileiro e no STJ
    - 12.2. A contagem do prazo nos diversos tipos de obrigações
    - 12.3. Alguns julgados do STJ e do TJMG sobre o tema
    - 12.4. Prazo para propositura da anulatória
    - 12.5. Ônus da prova
13. Efeitos da prescrição
14. Ação, pretensão e exceção
15. Prescritibilidade das exceções
16. Direito comparado

Capítulo III – Da Renúncia à Prescrição

17. Renúncia à prescrição
18. Renúncia expressa e renúncia tácita
19. Capacidade para renunciar à prescrição
20. Efeito da renúncia
21. Renúncia prejudicial a terceiros
22. Ação do terceiro prejudicado

Capítulo IV – Das Regras sobre Prazo e Momento de Invocaçtão da Prescrição 71

23. Natureza das regras que fixam os prazos de prescrição
24. A inderrogabilidade dos prazos prescricionais no direito brasileiro
25. Momento de exercer a exceção de prescrição
26. Arguição em recurso extraordinário ou especial
27. Prescrição da execução
    - 27.1. Prescrição na fase de liquidação de sentença
    - 27.2. Prescrição da execução individual de sentença coletiva em ação civil pública
28. Prescrição da execução civil da sentença penal
29. Acolhida judicial da prescrição *ex officio*
30. Declaração *ex officio* da prescrição intercorrente em execução fiscal
31. A indisponibilidade dos direitos do absolutamente incapaz reconhecida pelo art. 194 do CC/2002
32. Arguição pelo Ministério Público
33. Arguição pelo curador

34. A reforma do Código de Processo Civil de 1973 diante do sistema de prescrição do direito material
35. A necessidade de um esforço de interpretação sistemática para compatibilizar a regra processual de 1973 com a matriz da prescrição construída pelo direito material
36. O resultado a ser obtido por meio das técnicas da hermenêutica sistemática e teleológica
37. Um grave equívoco ideológico cometido pelo legislador reformador
38. Conclusões recomendáveis em face da revogação do art. 194 do Código Civil

Capítulo V – Da Responsabilidade Civil pela Ocorência da Prescrição

39. Responsabilidade civil do assistente dos relativamente incapazes
40. Os absolutamente incapazes
41. Relativamente incapaz que não tem representante legal
42. Representante de pessoa jurídica
43. A prescrição em face dos sucessores
44. Prescrição a favor do sucessor

Capítulo VI – Das Causas que Impedem ou Suspendem a Prescrição

45. Obstáculos ao curso da prescrição
46. As causas de impedimento ou suspensão
47. A suspensão da prescrição por força maior
48. A prescrição e o dolo ou coação contra o titular da pretensão
49. Impedimento ou suspensão por causas subjetivas bilaterais
50. Cônjuges
51. Cônjuges separados
52. Ascendentes e descendentes
53. Tutela e curatela
54. Impedimento ou suspensão subjetiva unilateral
55. Os absolutamente incapazes
    55.1. Os curatelados impossibilitados de manifestar a vontade
    55.2. Prazos decadenciais
56. Os ausentes do País
57. Serviço de guerra
58. Impedimento objetivo da prescrição
59. Condição suspensiva
60. Prazo vencido
61. Evicção
62. A ação civil e a ação penal
63. Os credores solidários e a suspensão da prescrição

Capítulo VII – Das Causas que Interrompem a Prescrição

64. Interrupção da prescrição
65. Causas naturais de interrupção
66. Oportunidade da interrupção
67. Unicidade da interrupção
68. Causas de interrupção
69. Citação ou ajuizamento da ação
70. Dinâmica da interrupção da prescrição por meio da citação
    70.1. Regras processuais a observar
    70.2. Prazos do CPC

70.3. Suprimento da citação
70.4. Extinção do processo sem resolução do mérito
70.5. Citação pessoal
70.6. Citação e mora pré-constituída
70.7. Alguns julgados do STJ sobre interrupção da prescrição pela citação
71. Protesto judicial
72. Protesto cambial
72.1. Interpelação extrajudicial
73. Apresentação do título de crédito em juízo sucessório
74. Apresentação do título de crédito em concurso de credores
75. Ato judicial de constituição em mora do devedor
76. Reconhecimento do direito pelo devedor
77. Retomada da prescrição
78. Processo anulado ou extinto sem resolução de mérito
78.1. Quando a citação não interrompe a prescrição
78.2. Liminar que inibe a ação do credor
79. Prescrição intercorrente
79.1. A prescrição intercorrente e o Código de Processo Civil de 2015
79.2. A prescrição intercorrente e a jurisprudência do STJ anterior ao CPC/2015
80. Legitimação para promover a interrupção da prescrição
81. Limites subjetivos da interrupção da prescrição
82. Obrigações solidárias
83. A morte do devedor solidário
84. Fiador
85. Litisconsórcio necessário e interrupção da prescrição
86. Limites objetivos da interrupção

Capítulo VIII – Dos Prazos da Prescrição. Generalidades

87. Inovações
87.1. A prescrição e o Código de Defesa do Consumidor
87.2. Particularidades da prescrição e da decadência, em matéria de responsabilidade civil, segundo o Código de Defesa do Consumidor
88. Regime da prescrição do crédito tributário
88.1. O regime da prescrição em face da execução fiscal
89. O regime da prescrição em relação aos créditos trabalhistas
89.1. Prescrição e decadência em relação aos créditos de relação de trabalho
89.2. Regra geral dos prazos prescricionais
89.3. Prescrição relativa a acidente de trabalho
89.4. Prescrição relativa às verbas de FGTS
89.5. Prescrição total ou parcial, em caso de prestações sucessivas
89.6. Interrupção da prescrição
89.7. Prescrição intercorrente
90. A prescrição e o direito intertemporal
90.1. A necessidade de submeter-se aos princípios básicos do direito intertemporal
90.2. Compatibilização do art. 2.028 com o princípio da irretroatividade das leis

Capítulo IX – Dos Prazos de Prescrição no Código Civil

91. Prazo ordinário de prescrição
92. Ações reais e ações pessoais
93. Responsabilidade contratual

93.1. Alguns julgados do STJ sobre descumprimento contratual
94. Cálculo do prazo
94.1. Definição do termo inicial
95. A redução da prescrição e o direito intertemporal
96. Prescrição ânua
97. Hospedeiros e fornecedores de víveres para consumo no próprio estabelecimento
98. Contrato de seguro
98.1. Seguro de responsabilidade civil
98.2. Prescrição em face do terceiro beneficiário do seguro
98.3. Seguro em grupo
98.4. Comunicação do sinistro ao segurador e o começo da fluência da prescrição
98.5. O posicionamento do STJ sobre o tema
98.6. Prescrição diferente na previsão do CDC e do CC
98.7. Evolução da jurisprudência sobre a contagem da prescrição em caso de seguro
98.8. A prescrição do contrato de seguro e o Código de Defesa do Consumidor
98.9. Alguns julgados do STJ sobre o tema de seguros
99. Custas, emolumentos e honorários
100. Perito avaliador
101. Liquidação da sociedade
102. Pensão alimentícia
102.1. Pensão alimentícia solvida por terceiro
102.2. Pensão alimentícia decorrente da prática de ato ilícito
103. Aluguéis de imóveis
104. Rendas temporárias ou vitalícias
105. Juros, dividendos e prestações acessórias
105.1. Correção monetária
106. Enriquecimento sem causa
107. Repetição de indébito
107.1. Visão pretoriana moderna do enriquecimento sem causa
107.2. Observações conclusivas
107.3. Alguns julgados do STJ sobre o tema
108. Reparação civil do dano *ex delicto*
108.1. Responsabilidade indenizatória do Poder Público e de exploradores de serviços públicos
108.2. Dano ocorrido durante a relação trabalhista
109. Restituição de lucros ou dividendos indevidos
110. Pretensões derivadas de violação da lei ou dos estatutos sociais
110.1. Fundadores da sociedade anônima
110.2. Administradores e fiscais
110.3. Liquidante
111. Títulos de crédito
111.1. Títulos cambiários e cheque
111.2. Debêntures
112. Beneficiário do seguro
113. Prescrição entre tutor e pupilo
114. Dívidas líquidas documentadas
114.1. Jurisprudência do STJ sobre o tema
115. Profissionais liberais, procuradores judiciais, curadores e professores
115.1. Honorários advocatícios

116. Recuperação das despesas processuais

Capítulo X – Da Prescrição em Face da Fazenda Pública e dos Contratos Regulados por Leis Especiais

117. Fazenda Pública, entidades paraestatais e concessionários de serviços públicos
    117.1. Prescrição de reparação por desapropriação indireta
    117.2. Reparação ao erário
    117.3. Ação de indenização contra a Administração Pública
    117.4. Prescrição dos benefícios previdenciários
118. Prazos de prescrição aplicados a contratos regulados em lei especial

Capítulo XI – Da Decadência

119. O regime velho
120. O regime do novo Código Civil
121. A virtude da solução encontrada pelo Código Civil
122. Conexão do direito material com o direito processual
123. Fundamento da decadência
124. Direito intertemporal
125. Decadência e direito adquirido
126. A fatalidade do prazo de decadência
127. O termo final do prazo de decadência
128. A decadência no âmbito do direito processual
    128.1. Prescrição e decadência nas relações de consumo
129. Prejuízos de incapazes por culpa dos representantes legais
130. Decadência e pessoa jurídica
131. Renúncia da decadência
132. Decretação da decadência *ex officio*
133. Decadência convencional
134. Julgamento de improcedência liminar do pedido
135. Alguns julgados do STJ relativos ao prazo de decadência

Índice Alfabético-Remissivo

Índice Onomástico

Bibliografia